



Relatório Anual

2013

Planos de Benefícios Banorte



# Índice

Mensagem da Diretoria	<b>3</b>
Informações Gerais	<b>4</b>
Balanço Patrimonial	<b>5</b>
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	<b>6</b>
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	<b>7</b>
Demonstração do Ativo Líquido	<b>8</b>
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	<b>9</b>
Demonstração das Provisões Técnicas	<b>11</b>
Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis	<b>12</b>
Relatório dos Auditores Independentes	<b>27</b>
Políticas de Investimento	<b>29</b>
Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos	<b>38</b>
Parecer Atuarial de Encerramento do Exercício de 2013	<b>41</b>
Parecer do Conselho Fiscal	<b>47</b>
Ata da Reunião do Conselho Deliberativo	<b>48</b>



# Mensagem da **Diretoria**

## 2013: um ano dedicado a você

Para a Banorte, cuidar do seu plano de previdência é construir, em parceria com você, um futuro cada vez melhor.

Focamos nossos objetivos nos participantes, de forma transparente, buscando constantemente uma governança corporativa de qualidade. Essa excelência do trabalho procura maximizar os resultados, com uma administração segura e sustentável.

Queremos que a aposentadoria seja uma fase da vida tranquila para você e sua família, por isso, concentramos esforços para a melhoria contínua dos processos e para o relacionamento com nossos participantes.

Em 2013, houve a realização, no mês de março, da eleição de representantes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal. Inovamos com a opção da solicitação on-line de empréstimos, pelo site da Banorte. Essa nova funcionalidade permite que os assistidos tenham acesso ao pedido pelo benefício de forma mais ágil e com a mesma segurança.

Além disso, as seções do Informativo Banorte “Com você” foram reformuladas com matérias e informações personalizadas para atender as suas necessidades e nos aproximarmos ainda mais.

Mas não esqueça, você também tem um papel fundamental nesta caminhada: manter um planejamento financeiro e previdenciário, se atentando aos aspectos econômicos de forma consciente.

Este Relatório Anual permite que você acompanhe de perto e com transparência os resultados de 2013 do seu plano e da Fundação Banorte.

**Boa leitura!**

**Diretoria Executiva**

(Base: 31 de dezembro de 2013)

## Diretoria

### Diretor Superintendente

Sergio Guillinet Fajerman

### Diretor Executivo

Arnaldo Cesar Serighelli

### Diretor Financeiro

Reginaldo José Camilo

### Diretor de Investimento

Gabriel Amado de Moura

## Conselheiros Indicados

### CONSELHO FISCAL

#### Presidente Efetivo

Ottavio Aldo Ronco

#### Presidente Suplente

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo

#### Conselheiro Titular

Marco Aurélio de Oliveira

#### Conselheiro Suplente

Carlos André Guerra Barreiros

## CONSELHO DELIBERATIVO

#### Presidente Efetivo

Oswaldo do Nascimento

#### Presidente Suplente

Caio Ibrahim David

#### Conselheiros Efetivos

Alexsandro Broedel Lopes

Marcelo Luis Orticelli

Sergio Souza Fernandes Junior

#### Conselheiros Suplentes

Antônio Eduardo Marquez De Figueiredo Trindade

Cesar Padovan

Cláudio José Coutinho Arromatte

## Conselheiros Eleitos

### CONSELHO DELIBERATIVO

#### Efetivo

Isaltino Bezerra e Silva

Antonio Camara Ferreira

#### Suplente

Hercílio Ricardo Ferreira Filho Sarda

Manfredo de Andrade

### CONSELHO FISCAL

#### Efetivo

Djalma Desenzi

#### Suplente

Roberto Pinto de Medeiros

## Reuniões dos Conselhos

Durante o ano de 2013, os Órgãos Administrativos da BANORTE realizaram reuniões para tratar de assuntos relacionados à gestão da entidade e dos planos.

As reuniões do Conselho Deliberativo aconteceram nos meses de março e dezembro e do Conselho Fiscal em março e agosto.

# Balço Patrimonial | Fundação Banorte

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2013	31/12/2012
<b>Disponível</b>	<b>14</b>	<b>16</b>
<b>Realizável</b>	<b>79.494</b>	<b>76.954</b>
Gestão Previdencial (Nota 5)	395	203
Gestão Administrativa (Nota 5)	429	900
Investimentos	78.670	75.851
Títulos Públicos (Nota 6)	53.882	50.745
Fundos de Investimento (Nota 6)	20.327	20.465
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	2.492	2.556
Empréstimos (Nota 6)	325	-
Outros Realizáveis (Nota 6)	1.644	2.085
<b>Permanente (Nota 8)</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
Imobilizado	2	1
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>79.510</b>	<b>76.971</b>

PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012
<b>Exigível Operacional (Nota 9)</b>	<b>1.116</b>	<b>1.047</b>
Gestão Previdencial	668	624
Gestão Administrativa	448	423
<b>Exigível Contingencial (Nota 10)</b>	<b>901</b>	<b>1.076</b>
Gestão Previdencial	459	395
Gestão Administrativa	442	681
<b>Patrimônio Social</b>	<b>77.493</b>	<b>74.848</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano (Nota 11)	77.491	74.847
Provisões Matemáticas	77.491	74.847
Benefícios Concedidos	167.477	148.191
Benefícios a Conceder	1.222	3.539
( - ) Provisões Matemáticas a Constituir	(91.208)	(76.883)
Fundos (Nota 12)	2	1
Fundos Administrativos	2	1
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>79.510</b>	<b>76.971</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Sergio Guillinet Fajerman**

**Diretor Superintendente**

CPF: 018.518.957-10

**Reginaldo José Camilo**

**Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9**

CPF: 859.338.648-20

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada | Funda o Banorte

(Em Milhares de Reais)

DESCRI�O	31/12/2013	31/12/2012	Variacão (%)
<b>A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>74.848</b>	<b>70.712</b>	<b>6</b>
<b>1. ADI�OES</b>	<b>18.771</b>	<b>20.029</b>	<b>(6)</b>
( + ) Contribui�es Previdenciais	10.304	9.672	7
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.098	8.855	(20)
( + ) Reversão de Conting�ncias - Gestão Previdencial	126	-	100
( + ) Receitas Administrativas	1.242	1.484	(16)
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1	-	100
( + ) Reversão de Conting�ncias - Gestão Administrativa	-	18	(100)
<b>2. DESTINA�OES</b>	<b>(16.126)</b>	<b>(15.893)</b>	<b>1</b>
( - ) Benefícios	(14.884)	(14.307)	4
( - ) Constitui�o de Conting�ncias - Gestão Previdencial	-	(83)	(100)
( - ) Despesas Administrativas	(1.198)	(1.502)	(20)
( - ) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(1)	(100)
( - ) Constitui�o de Conting�ncias - Gestão Administrativa	(44)	-	100
<b>3. ACR�SCIMO/DECR�SCIMO NO PATRIM�NIO SOCIAL (1 + 2)</b>	<b>2.645</b>	<b>4.136</b>	<b>(36)</b>
(+/-) Provis�es Matemáticas	2.644	4.137	(36)
(+/-) Fundos Administrativos	1	(1)	(200)
<b>B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)</b>	<b>77.493</b>	<b>74.848</b>	<b>4</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

**Sergio Guillinet Fajerman**

**Diretor Superintendente**

CPF: 018.518.957-10

**Reginaldo José Camilo**

**Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9**

CPF: 859.338.648-20

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido | Plano BD I

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Variacão (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-
<b>1. ADIÇÕES</b>	-	12	(100)
(+) Contribuições	-	11	(100)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	1	(100)
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	-	(12)	(100)
(-) Benefícios	-	(12)	(100)
<b>3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)</b>	-	-	-
<b>B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)</b>	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido | Plano BD II

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Variacão (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>74.847</b>	<b>70.710</b>	<b>6</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>18.674</b>	<b>19.871</b>	<b>(6)</b>
(+) Contribuiç�es	11.450	11.017	4
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.098	8.854	(20)
(+) Reversão de Conting�ncias - Gestão Previdencial	126	-	100
<b>2. DESTINAÇ�ES</b>	<b>(16.030)</b>	<b>(15.734)</b>	<b>2</b>
(-) Benefícios	(14.884)	(14.295)	4
(-) Constituição de Conting�ncias - Gestão Previdencial	-	(83)	(100)
(-) Custeio Administrativo	(1.146)	(1.356)	(15)
<b>3. ACR�SCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)</b>	<b>2.644</b>	<b>4.137</b>	<b>(36)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	2.644	4.137	(36)
<b>B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)</b>	<b>77.491</b>	<b>74.847</b>	<b>4</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>100</b>
(+/-) Fundos Administrativos	2	1	100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Sergio Guillinet Fajerman**

**Diretor Superintendente**

CPF: 018.518.957-10

**Reginaldo José Camilo**

**Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9**

CPF: 859.338.648-20

## Demonstração do Ativo Líquido | Plano BD I

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Varição (%)
<b>1. ATIVOS</b>	<b>260</b>	<b>259</b>	-
Investimentos	260	259	-
Fundos de Investimento	260	259	-
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>260</b>	<b>259</b>	-
Operacional	260	259	-
<b>5. ATIVOS LÍQUIDOS ( 1 - 2 )</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido | Plano BD II

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Varição (%)
<b>1. ATIVOS</b>	<b>78.360</b>	<b>75.608</b>	<b>4</b>
Disponível	3	16	(81)
Recebível	397	204	95
Investimentos	77.960	75.388	3
Títulos Públicos	53.882	50.745	6
Fundos de Investimento	19.617	20.002	(2)
Investimentos Imobiliários	2.492	2.556	(3)
Empréstimos	325	-	-
Outros Realizáveis	1.644	2.085	(21)
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>867</b>	<b>760</b>	<b>14</b>
Operacional	408	365	12
Contingencial	459	395	16
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>100</b>
Fundos Administrativos	2	1	100
<b>5. ATIVOS LÍQUIDOS ( 1 - 2 - 3 )</b>	<b>77.491</b>	<b>74.847</b>	<b>4</b>
Provisões Matemáticas	77.491	74.847	4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Sergio Guillinet Fajerman**

**Diretor Superintendente**

CPF: 018.518.957-10

**Reginaldo José Camilo**

**Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9**

CPF: 859.338.648-20



# Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada | Fundação Banorte

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Varição (%)
<b>A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>(50)</b>
<b>1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>1.242</b>	<b>1.502</b>	<b>(17)</b>
<b>1.1. RECEITAS</b>	<b>1.242</b>	<b>1.502</b>	<b>(17)</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.146	1.356	(15)
Custeio Administrativo dos Investimentos	85	77	10
Reversão de Contingências	-	18	(100)
Outras Receitas	11	51	(78)
<b>2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(1.242)</b>	<b>(1.502)</b>	<b>(17)</b>
<b>2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>(1.157)</b>	<b>(1.429)</b>	<b>(19)</b>
Pessoal e Encargos	(237)	(224)	6
Treinamento/Congressos e Seminários	(8)	(5)	60
Viagens e Estadias	(51)	(36)	42
Serviços de Terceiros	(362)	(319)	13
Despesas Gerais	(459)	(844)	(46)
Contingências	(40)	-	-
Outras Despesas	-	(1)	(100)
<b>2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>(85)</b>	<b>(73)</b>	<b>16</b>
Serviços de Terceiros	(81)	(73)	11
Contingências	(4)	-	-
<b>3. Resultado Positivo/Negativo dos Investimentos</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>(200)</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>(200)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>(200)</b>
<b>B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>100</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Sergio Guillinet Fajerman**

**Diretor Superintendente**

CPF: 018.518.957-10

**Reginaldo José Camilo**

**Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9**

CPF: 859.338.648-20

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa | Plano BD II

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Varição (%)
<b>A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>(50)</b>
<b>1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>1.242</b>	<b>1.502</b>	<b>(17)</b>
1.1. RECEITAS	1.242	1.502	(17)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.146	1.356	(15)
Custeio Administrativo dos Investimentos	85	77	10
Reversão de Contingências	-	18	(100)
Outras Receitas	11	51	(78)
<b>2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(1.242)</b>	<b>(1.502)</b>	<b>(17)</b>
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(1.157)	(1.429)	(19)
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(1.157)	(1.429)	(19)
Pessoal e Encargos	(237)	(224)	6
Treinamento/Congressos e Seminários	(8)	(5)	60
Viagens e Estadias	(51)	(36)	42
Serviços de Terceiros	(362)	(319)	13
Despesas Gerais	(459)	(844)	(46)
Contingências	(40)	-	-
Outras Despesas	-	(1)	(100)
<b>2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>(85)</b>	<b>(73)</b>	<b>16</b>
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(85)	(73)	16
Serviços de Terceiros	(81)	(73)	11
Contingências	(4)	-	100
<b>3. Resultado Positivo/Negativo dos Investimentos</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>(200)</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>(200)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>(200)</b>
<b>B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>100</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Sergio Guillinet Fajerman**

**Diretor Superintendente**

CPF: 018.518.957-10

**Reginaldo José Camilo**

**Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9**

CPF: 859.338.648-20

## Demonstração das Provisões Técnicas | Plano BD I

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Varição (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>260</b>	<b>259</b>	-
1. Provisões Matemáticas	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	260	259	-
4.1 Gestão Previdencial	260	259	-
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração das Provisões Técnicas | Plano BD II

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	Varição (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>78.358</b>	<b>75.607</b>	<b>4</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>77.491</b>	<b>74.847</b>	<b>4</b>
1.1. Benefícios Concedidos	167.477	148.191	13
Benefício Definido	167.477	148.191	13
1.2. Benefícios a Conceder	1.222	3.539	(65)
Benefício Definido	1.222	3.539	(65)
1.3. ( - ) Provisões Matemáticas a Constituir	(91.208)	(76.883)	19
( - ) Déficit Equacionado	(91.208)	(76.883)	19
( - ) Patrocinador(es)	(91.208)	(76.883)	19
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	408	365	12
4.1 Gestão Previdencial	408	365	12
5. Exigível Contingencial	459	395	16
5.1 Gestão Previdencial	459	395	16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Sergio Guillinet Fajerman**

**Diretor Superintendente**

CPF: 018.518.957-10

**Reginaldo José Camilo**

**Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9**

CPF: 859.338.648-20

## NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A BANORTE – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, constituída em conformidade com a Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela portaria nº. 2.109, de 29 de abril de 1980, do Ministério da Previdência Social – MPS, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e as Resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na

forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, sendo que o principal patrocinador é o Itaú Unibanco S.A.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A Entidade administra dois planos de benefícios definidos, BD I e BD II, de acordo com os respectivos regulamentos, os quais foram aprovados através da Portaria DETEC/ SPC nº. 703 e 702, respectivamente, de 22 de setembro de 2006, e posteriores alterações.

O Plano I, desde 2009, tem apenas ex-participantes com saldo de reserva a receber e sem obrigações atuariais.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro de 2013 e 30 de setembro de 2012 apresenta a seguinte posição:

Plano	Ativos				Assistidos <sup>(1)</sup>				Total			
	2013		2012		2013		2012		2013		2012	
	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.
BD II	5	10	7	19	545	350	542	378	550	360	549	397
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>545</b>	<b>350</b>	<b>542</b>	<b>378</b>	<b>550</b>	<b>360</b>	<b>549</b>	<b>397</b>

<sup>(1)</sup> Incluem pensionistas.

## NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CGPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Resolução CNPC nº. 12, de 19 de agosto de 2013; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº 05, de 08 de setembro de 2011; Resolução PREVIC/DC nº. 06, de 13 de novembro de 2013; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão unifundo de forma segregada entre o plano de Benefícios Definido I (BD I) e Benefícios Definido II (BD II), e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial:** atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa:** atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos:** registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

## NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas, conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, estão resumidas em:

### a) Ativo Realizável

– **Gestão Previdencial:** compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio e as contribuições contratadas com a patrocinadora.

– **Gestão Administrativa:** compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora e outros eventos administrativos.

– **Investimentos:** os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

#### I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

**a. Títulos para negociação:** quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos

reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

**b. Títulos mantidos até o vencimento:** quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

#### II. Investimentos Imobiliários

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações de acordo com a legislação vigente. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil remanescente fixado nos laudos de reavaliação (Nota 7).

#### III. Empréstimos

São corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros 8% a.a.

## IV. Provisão para Perdas

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou consideradas de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir perdas, conforme Nota 7.

### b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear à taxa abaixo, tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA (Nota 8).

- Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos: 10% a.a.

### c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, conforme Nota 9.

### d) Exigível Contingencial

Conforme descrito na Nota 10, são decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros,

ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

### e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidos das despesas específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

## **f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas**

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

## **g) Contabilização entre os Planos**

O Plano BD I possui compromissos com ex-participantes registrados no grupo de Exigível Operacional, utilizando-se da metodologia unifundo, tendo os seus ativos (Fundo de Aplicações em Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros – Renda Fixa) segregados para cobertura dos mesmos, sendo os demais compromissos contabilizados no Plano BD II.

## **h) Imposto de Renda**

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

## **i) PIS e COFINS**

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº. 2009-83.00.010036-8 (Nota 5 e 10).



## NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** custeadas mensalmente pela patrocinadora, conforme estabelecido anualmente na Nota Técnica do Atuário Independente e contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial;

- **Investimentos:** custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

## NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

DESCRIÇÃO	2013	2012
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>395</b>	<b>203</b>
Depósito Judicial - Desligados	395	203
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>429</b>	<b>900</b>
Contribuições da Patrocinadora <sup>(1)</sup>	44	203
Provisão sobre Folha Administrativa	7	-
Responsabilidade de Terceiros	4	106
Seguro <sup>(2)</sup>	20	19
Depósito Judicial - PIS/COFINS	336	251
Depósito Judicial - Esfera Trabalhistas <sup>(3)</sup>	18	321
<b>TOTAL</b>	<b>824</b>	<b>1.103</b>

<sup>(1)</sup> Contribuição da Patrocinadora para cobertura das despesas administrativas do Plano BD II.

<sup>(2)</sup> Seguro responsabilidade por Gestão de Previdência Complementar.

<sup>(3)</sup> Baixa de Depósito, devido ganho da reclamante na ação que discutia o reconhecimento de vínculo empregatício.

## NOTA 6 – INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

### a) Composição dos Investimentos

DESCRIÇÃO	2013			2012
	PLANO BD I	PLANO BD II	TOTAL	
Títulos Públicos	-	53.882	53.882	50.745
Fundos de Investimentos	260	20.067	20.327	20.465
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	-	2.492	2.492	2.556
Empréstimos <sup>(1)</sup>	-	325	325	-
Outros Realizáveis <sup>(2)</sup>	-	1.644	1.644	2.085
<b>TOTAL</b>	<b>260</b>	<b>78.410</b>	<b>78.670</b>	<b>75.851</b>

<sup>(1)</sup> Empréstimos concedidos aos participantes a partir de Agosto/2013.

<sup>(2)</sup> Refere-se a Ação Ordinária de Repetição de Indébito promovida pela Entidade em razão de imunidade tributária, relativa ao recolhimento de IRRF para o período de 1988/1989, tendo o início de recebimento em Março/2012, totalizando 5 parcelas recebidas em 31/01/2013.

## Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em Milhares de Reais)

### b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, no Itaú Unibanco e em outras Instituições Financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários.

Banorte	Valor <sup>(1)</sup>								
	Valor de Mercado			Categoria <sup>(2)</sup>		Vencimento		Valor Contábil	
	Custo	Ajuste a mercado <sup>(3)</sup>	Total	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	Acima de 5 anos	31/12/2013	31/12/2012
<b>Títulos Públicos</b>	<b>53.882</b>	<b>118</b>	<b>54.000</b>	-	<b>53.882</b>	-	<b>53.882</b>	<b>53.882</b>	<b>50.745</b>
Notas do Tesouro Nacional	53.882	118	54.000	-	53.882	-	53.882	53.882	50.745
<b>Fundo de Investimento</b>	<b>20.327</b>	-	<b>20.327</b>	<b>20.327</b>	-	<b>20.327</b>	-	<b>20.327</b>	<b>20.465</b>
Fundo de Investimento - Não Exclusivos	20.327	-	20.327	20.327	-	20.327	-	20.327	20.465
Renda Fixa	16.059	-	16.059	16.059	-	16.059	-	16.059	15.706
Renda Variável	3.737	-	3.737	3.737	-	3.737	-	3.737	3.738
Investimento Imobiliário	531	-	531	531	-	531	-	531	1.021
<b>Total <sup>(1)</sup></b>	<b>74.209</b>	<b>118</b>	<b>74.327</b>	<b>20.327</b>	<b>53.882</b>	<b>20.327</b>	<b>53.882</b>	<b>74.209</b>	<b>71.210</b>

<sup>(1)</sup> Os títulos classificados como “mantidos até o vencimento” estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como “para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

Incluí, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA no montante de R\$ 450 (R\$ 203 em 2012).

<sup>(2)</sup> Os títulos registrados na categoria até o vencimento correspondem a NTNBS no montante de R\$ 53.882 (R\$ 50.745 em 2012) com vencimento até 2050. O valor de mercado destes títulos é de R\$ 54.000 (R\$ 74.489 em 2012). A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

<sup>(3)</sup> Refere-se ao impacto dos títulos mantidos na categoria “até o vencimento” caso sejam reclassificados como “para negociação”.

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

Conforme estabelecido no artigo 6º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços anuais. Além disso, no caso de transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes

## NOTA 7 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

DESCRIÇÃO	2013	2012
<b>Aluguéis e Renda</b>		
Locadas a Terceiros <sup>(1)</sup>	2.561	2.561
(-) Depreciação Acumulada	(69)	(5)
Aluguéis a Receber	445	392
(-) Provisão para Perda <sup>(2)</sup>	(445)	(392)
<b>TOTAL</b>	<b>2.492</b>	<b>2.556</b>

<sup>(1)</sup> Reavaliação de Imóveis: De acordo com a Instrução SPC Nº 34/2009, foram procedidas reavaliações no mês de Dezembro/2012, com base na norma NBRº 14.653 - Partes 1 e 2 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

<sup>(2)</sup> Processo: 0007814-65.2006.8.19.0061, em 26.06.2013, julgando procedente o pedido de despejo, declarado rescindido o contrato de locação e condenado ao pagamento dos alugueres em atraso, referente ao imóvel: Bac-Rio, situado no Sítio Sto. Antônio de Lisboa, Bairro Quebra Frasco - Teresopolis /RJ

## NOTA 8 – ATIVO PERMANENTE

DESCRIÇÃO	2013	2012
<b>Imobilizado</b>		
<b>Móveis e Utensílios</b>		
Custo Corrigido	6	6
(-) Depreciação	(6)	(6)
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
Custo Corrigido	5	4
(-) Depreciação	(3)	(3)
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

## NOTA 9 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2013			2012
	PLANO BD I	PLANO BD II	TOTAL	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>260</b>	<b>408</b>	<b>668</b>	<b>624</b>
Benefícios Pendentes <sup>(1)</sup>	-	10	10	316
Obrigações com Participantes e Patrocinadores <sup>(2)</sup>	-	342	342	316
Reserva de Poupança <sup>(3)</sup>	260	-	260	259
Retenções sobre Folha de Benefícios	-	56	56	49
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>-</b>	<b>448</b>	<b>448</b>	<b>423</b>
Folha Administrativa	-	32	32	23
Obrigações com Serviços de Terceiros <sup>(4)</sup>	-	401	401	392
Retenções a Recolher	-	15	15	8
<b>TOTAL</b>	<b>260</b>	<b>856</b>	<b>1.116</b>	<b>1.047</b>

<sup>(1)</sup> Plano BD II: Corresponde a provisão de valor à pagar relativo a interrupção temporária de aposentadoria, cadastro não atualizado;

<sup>(2)</sup> Plano BD II: Contribuições efetuadas pelos participantes e patrocinadores no período de Set/2006 à Nov/2010;

<sup>(3)</sup> Plano BD I: Reserva de poupança de ex-participantes com cancelamento de ação judicial e que não são elegíveis a benefício do plano;

<sup>(4)</sup> Serviços advocatícios, de informática, de consultoria atuarial e taxa de administração dos investimentos.

## NOTA 10 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

DESCRIÇÃO	2013	2012
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>459</b>	<b>395</b>
Reserva de Poupança - Desligados	459	395
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>442</b>	<b>681</b>
Provisão - PIS/COFINS <sup>(1)</sup>	339	261
Provisão - Esfera Trabalhista / Cível <sup>(2)</sup>	103	420
<b>TOTAL</b>	<b>901</b>	<b>1.076</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas do desempenho da atividade de administração e execução de planos de benefícios. Em Novembro/2009 foi concedida liminar que autoriza o recolhimento dos tributos judicialmente, cuja probabilidade de êxito foi considerada possível.

<sup>(2)</sup> Baixa de Provisão, devido ganho da reclamante na ação que discutia o reconhecimento de vínculo empregatício.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações tributárias, cuja probabilidade de perda foi considerada “possível” por nossos assessores legais, sendo que as naturezas referem-se à incidência de Imposto de Renda e IOF sobre aplicações financeiras no período de 1990/1994.

## NOTA 11 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuário, cujo parecer evidencia o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e do Regulamento do plano de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

**I. Provisões de benefícios concedidos:** correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

**II. Provisões de benefícios a conceder:** correspondem ao valor atual das obrigações futuras da Entidade para com os participantes ou beneficiários que ainda não os adquiriram.

**III. Provisões matemáticas a constituir:** correspondem ao valor do contrato de equacionamento do déficit, firmado junto ao Patrocinador, atualizado na data de balanço de acordo com o resultado da avaliação atuarial.

### b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas do Plano BD II consideram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

# Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em Milhares de Reais)

HIPÓTESE	2013	2012
Taxa Real Anual de Juros <sup>(1)</sup>	5,75% a.a.	6,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	0%	0%
Tábua de Mortalidade Geral <sup>(2)</sup>	AT 2000	AT83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 2000	AT83
Projeção de Crescimento Real do Benefício do INSS/Plano	0%	0%
Fator de Capacidade de Benefícios e de Salários	100%	100%
Índice do Plano	INPC-IBGE	INPC-IBGE
Rotatividade	Nula	Nula
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem Assistidos: família informada	Ativos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem Assistidos: família informada
Método Atuarial	Idade de entrada	Idade de entrada
Aposentadoria	1º Elegibilidade	1º Elegibilidade

<sup>(1)</sup> Em 2013 procedeu-se alteração das premissas atuariais taxa real anual de juros, tábuas de mortalidade geral e de inválidos, cujo efeito foi aumento nas provisões matemáticas no montante de R\$ 3.467 e R\$ 8.324, respectivamente.

<sup>(2)</sup> Segregado por Sexo. A tábua de mortalidade adotada corresponde àquela divulgada pelo SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, que reflete um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respectiva tábua básica.

## c) Evolução

DESCRIÇÃO	Saldos em 12/31/2012	Constituição Líquida	Saldos em 12/31/2013
Provisões Matemáticas			
Benefícios Concedidos	148.191	19.286	167.477
Plano BD II	148.191	19.286	167.477
Benefícios a Conceder	3.539	(2.317)	1.222
Plano BD II	3.539	(2.317)	1.222
( - ) Provisões Matemáticas a Constituir	(76.883)	(14.325)	(91.208)
Plano BD II	(76.883)	(14.325)	(91.208)
<b>TOTAL</b>	<b>74.847</b>	<b>2.644</b>	<b>77.491</b>

## Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em Milhares de Reais)

A evolução do saldo do contrato de déficit equacionado foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Saldo no início do exercício	(76.883)	(80.335)
Recebimento da parcela anual	10.293	9.178
Atualização	(9.164)	(9.454)
Repactuação do Contrato - Absorção do Superávit/(Déficit) do exercício	(15.454)	3.728
<b>SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>(91.208)</b>	<b>(76.883)</b>

O equacionamento do déficit está suportado pelo Instrumento Particular de Confissão e Assunção de Dívida e Outras Avenças, firmado em 14 de novembro de 2006 junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, no valor de R\$ 76.165, sendo financiado em 18 (dezoito) anos e com prestações anuais, com a finalidade de restabelecer a situação econômico-financeira, preservar os direitos já adquiridos e atribuí-los aos participantes, mediante gestão sob responsabilidade e a cargo do patrocinador. Atualmente, as obrigações inerentes a este Instrumento são de responsabilidade do Banco Itaucard S/A.

Após avaliação atuarial, o saldo devedor do Instrumento Particular de Confissão e Assunção de Dívidas e Outras Avenças é repactuado de forma a absorver o superávit ou déficit do exercício.

O Instrumento Particular de Confissão e Assunção de Dívidas e Outras Avenças é atualizado pela tabela price, corrigido mensalmente pela variação do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acrescido ao equivalente mensal a taxa de juros adotada na avaliação atuarial no exercício anterior.



## NOTA 12 – FUNDOS ADMINISTRATIVOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

**a) Fundos Administrativos** - Constituídos com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado da Gestão Administrativa Previdencial, com finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura das despesas administrativas. A Entidade deve obrigatoriamente possuir recursos nesta conta, no mínimo, equivalentes ao saldo registrado no Ativo Permanente.

DESCRIÇÃO	2013	2012
Fundos Administrativos	2	1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

## NOTA 13 – PARTES RELACIONADAS

As operações de partes relacionadas com o Itaú Unibanco S.A. e Itaú Soluções Previdenciárias Ltda. caracterizam-se basicamente por:

DESCRIÇÃO	2013	2012
<b>ATIVO / (PASSIVO)</b>		
<b>Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas</b>	<b>91.202</b>	<b>76.878</b>
Contrato de Déficit Equacionado (Nota 11)	91.208	76.883
Taxa de Administração da Carteira	(6)	(5)
<b>RECEITAS / (DESPESAS)</b>		
<b>(Despesas)</b>	<b>8.902</b>	<b>9.262</b>
Atualização do Contrato de Déficit Equacionado (Nota 11)	9.164	9.454
Taxa de Administração da Carteira	(66)	(60)
Taxa de Gestão Previdencial	(196)	(132)

Além das operações acima discriminadas, a BANORTE – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social, como parte integrante do Convênio Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco S/A, registrou despesa gerais no valor de R\$ 234 (R\$ 603 em 31/12/2012) em função da utilização da estrutura comum.

### NOTA 14 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Em decorrência do objetivo de centralizar todos os planos de previdência complementar dos colaboradores do Itaú Unibanco e coligadas em uma única fundação de previdência, a PREVIC aprovou através da Portaria nº 644, de 22 de novembro de 2013, publicada no DOU de 25 de novembro de 2013, a retirada de patrocínio das patrocinadoras vazias do Plano de Benefícios I, CNPB nº 19.800.006-38, bem como, a adesão e retirada de patrocinadoras do Plano de Benefícios II, CNPB nº 20.060.053-83. A efetivação da retirada e adesão de patrocinadoras e a extinção do Plano de Benefícios I ocorrerá ao longo do exercício de 2014, como etapa do processo de incorporação da Fundação Banorte pela Fundação Itaú Unibanco.
- b) A Resolução PREVIC/DC nº. 06, de 13 de novembro de 2013, que altera a Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009 e a Instrução PREVIC nº. 01, de 12 de abril de 2013, efetua alterações na Planificação Contábil Padrão que produziu efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.
- c) A entidade, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

**Sergio Guillinet Fajerman**

**Diretor Superintendente**

CPF: 018.518.957-10

**Reginaldo José Camilo**

**Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9**

CPF: 859.338.648-20

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras  
Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social

Examinamos as demonstrações contábeis da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social (“Entidade”), doravante referidas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para

obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação

da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

**Recife, 24 de março de 2014**

**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
CRC 2SP000160/0-5 "F" PE

**Paulo Sergio Miron**  
**Contador**  
CRC 1SP173647/0-5 "S" PE

## Políticas de Investimento | Plano de Gestão Administrativa

As informações a seguir aplicam-se ao Plano de Gestão Administrativa

### Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano / Segmento - Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Participação %	Plano / Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de juros % a.a
100,00	Plano	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	Renda Fixa	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBOVESPA	0,00
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	DI-CETIP	0,00

### Documentação / Responsáveis

Data de aprovação: 11/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	Renda Variável	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimentos
	Investimentos Estruturados			
	Investimentos no Exterior			
	Plano			
	Renda Fixa			

### Controle de Risco

#### Risco de Mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

#### Risco de Liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

#### Risco Legal

Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

#### Risco Operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

#### Risco Contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apreçamento de ativos financeiros e não possuem modelo proprietário de risco. Estudos de ALM são realizados.

#### Observação:

A entidade terceiriza a administração e a custódia dos ativos financeiros.

## Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	65,00	100,00	100,00
Renda Variável	0,00	20,00	0,00
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	0,00
Investimentos No Exterior	0,00	5,00	0,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.
- Utiliza derivativos.
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos.
- Existência de sistemas de controles internos.

## Alocação por emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
Tesouro Nacional	0,00	100,00
Instituição Financeira	0,00	20,00
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00
Organismo Multilateral	0,00	10,00
Companhia Securitizadora	0,00	10,00
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00
Fidc/Ficfidc	0,00	10,00
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de CIA Aberta	0,00	10,00
Sociedade de Propósito Específico-SPE	0,00	10,00
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00

## Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% do Capital votante de uma mesma CIA aberta	0,00	25,00
% do Capital total de uma mesma CIA aberta ou de uma SPE	0,00	25,00
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de CIA aberta	0,00	25,00
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00
% do PL de fundos de Índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0,00	25,00
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0,00	25,00

### Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00
% de uma mesma classe ou série de cotas de fdc	0,00	25,00
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	25,00

### Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2012	2013
Plano	8,49	8,20
Renda Fixa	8,49	8,20

Em reunião do Conselho Deliberativo realizado em 24/03/2014, foi aprovada a alteração da taxa real anual de juros para 5,75% a.a.

## Políticas de Investimento | Plano de Benefício Definido

As informações a seguir aplicam-se ao Plano de Benefício Definido

### Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano / Segmento - Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Participação %	Plano / Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de juros % a.a
100,00	Plano	100,00	INPC	5,75
100,00	Renda Fixa	100,00	INPC	5,75
100,00	Renda Variável	100,00	IBOVESPA	0,00
100,00	Imóveis	100,00	INPC	5,75
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	INPC	5,75
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	INPC	5,75

### Documentação / Responsáveis

Data de aprovação: 11/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	Renda Variável	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimentos
	Investimentos			
	Estruturados			
	Investimentos no Exterior			
	Plano			
	Renda Fixa			

### Controle de Risco

#### Risco de Mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

#### Risco de Liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

#### Risco Legal

Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

#### Risco Operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

#### Risco Contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apreçamento de ativos financeiros e não possuem modelo proprietário de risco. Estudos de ALM são realizados.

#### Observação:

A entidade terceiriza a administração e a custódia dos ativos financeiros.



## Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	56,00	100,00	85,00
Renda Variável	0,00	20,00	6,00
Imóveis	0,00	4,00	3,00
Empréstimos E Financiamentos	0,00	5,00	4,00
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	2,00
Investimentos No Exterior	0,00	5,00	0,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.
- Utiliza derivativos.
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos.
- Existência de sistemas de controles internos.

## Alocação por emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
Tesouro Nacional	0,00	100,00
Instituição Financeira	0,00	20,00
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00
Organismo Multilateral	0,00	10,00
Companhia Securitizadora	0,00	10,00
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00
Fidc/Ficfidc	0,00	10,00
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de CIA Aberta	0,00	10,00
Sociedade de Propósito Específico-SPE	0,00	10,00
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00

## Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% do Capital votante de uma mesma CIA aberta	0,00	25,00
% do Capital total de uma mesma CIA aberta ou de uma SPE	0,00	25,00
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de CIA aberta	0,00	25,00
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00
% do PL de fundos de Índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0,00	25,00
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0,00	25,00

### Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00
% de uma mesma classe ou série de cotas de fdc	0,00	25,00
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	25,00

### Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2012	2013
Plano	14,09	8,14
Renda Fixa	11,67	8,14
Renda Variável	17,97	N/A
Investimentos Estruturados	6,25	N/A
Imóveis	120,28	N/A

Em reunião do Conselho Deliberativo realizado em 24/03/2014, foi aprovada a alteração da taxa real anual de juros para 5,75% a.a.

## Políticas de Investimento | Plano de Benefício II

As informações a seguir aplicam-se ao Plano de Benefício II

### Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano / Segmento - Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Participação %	Plano / Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de juros % a.a (até 23/03/2014)	Taxa de juros % a.a (após 24/03/2014)
100,00	Plano	100,00	INPC	6,00	5,75
100,00	Renda Fixa	100,00	INPC	6,00	5,75
100,00	Renda Variável	100,00	IBOVESPA	0,00	0,00
100,00	Imóveis	100,00	INPC	6,00	5,75
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	INPC	6,00	5,75
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	INPC	6,00	5,75

### Documentação / Responsáveis

Data de aprovação: 11/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	Renda Variável	Gabriel Amado de Moura	247.648.348-63	Diretor de Investimentos
	Investimentos Estruturados			
	Investimentos no Exterior			
	Plano			
	Renda Fixa			

### Controle de Risco

#### Risco de Mercado

Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.

#### Risco de Liquidez

Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.

#### Risco Legal

Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.

#### Risco Operacional

Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

#### Risco Contraparte

Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apreçamento de ativos financeiros e não possuem modelo proprietário de risco. Estudos de ALM são realizados.

#### Observação:

A entidade terceiriza a administração e a custódia dos ativos financeiros.

## Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	56,00	100,00	85,00
Renda Variável	0,00	20,00	6,00
Imóveis	0,00	4,00	3,00
Empréstimos E Financiamentos	0,00	5,00	4,00
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	2,00
Investimentos No Exterior	0,00	5,00	0,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.
- Utiliza derivativos.
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos.
- Existência de sistemas de controles internos.

## Alocação por emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
Tesouro Nacional	0,00	100,00
Instituição Financeira	0,00	20,00
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00
Organismo Multilateral	0,00	10,00
Companhia Securitizadora	0,00	10,00
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00
Fidc/Ficfidc	0,00	10,00
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de CIA Aberta	0,00	10,00
Sociedade de Propósito Específico-SPE	0,00	10,00
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00

## Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% do Capital votante de uma mesma CIA aberta	0,00	25,00
% do Capital total de uma mesma CIA aberta ou de uma SPE	0,00	25,00
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de CIA aberta	0,00	25,00
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00
% do PL de fundos de Índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0,00	25,00
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0,00	25,00

### Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00
% de uma mesma classe ou série de cotas de fdc	0,00	25,00
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	25,00

### Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2012	2013
Plano	14,09	9,87
Renda Fixa	11,67	11,07
Renda Variável	17,97	13,40
Investimentos Estruturados	6,25	-48,49*
Imóveis	120,28	-2,50
Operações com participantes	N/A	4,48

\*Referente à desvalorização das cotas do FII Panamby ocasionada pela decisão do administrador de ajustar o valor de alguns dos seus ativos para o custo de aquisição

Em reunião do Conselho Deliberativo realizado em 24/03/2014, foi aprovada a alteração da taxa real anual de juros para 5,75% a.a.

Data de Geração: 03/02/2014

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	460.903,99
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	460.903,99
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	10.406,85
Depósitos:	10.406,80
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	0,05
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	450.497,13
11.419.524/0001-38	450.497,13

### Observações:

- Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
  - + 1.1.0.0.00.00 Disponível
  - + 1.2.3.0.00.00 Investimentos
  - 2.1.3.0.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
  - 2.2.3.0.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
  - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
  - b) O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

# Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos | Mês de referência 12/2013

Plano de Benefícios: 1980000638-BENEFÍCIO DEFINIDO

Data de Geração: 03/02/2014

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	259.715,43
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	259.715,43
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	0,00
Depósitos:	0,00
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	259.715,42
11.419.524/0001-38	259.715,42

## Observações:

- Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
  - + 1.1.0.0.00.00 Disponível
  - + 1.2.3.0.00.00 Investimentos
  - 2.1.3.0.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
  - 2.2.3.0.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
  - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
  - b) O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Data de Geração: 03/02/2014

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	77.963.067,64
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	77.963.067,64
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	58.346.066,54
Depósitos:	3.695,33
Títulos Públicos:	53.881.621,22
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	324.614,89
Carteira Imobiliária:	2.492.436,26
Valores a Pagar/Receber:	1.643.698,84
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	19.617.001,09
11.419.524/0001-38	15.348.933,68
02.205.515/0001-53	3.737.043,65
00.613.094/0001-74	531.023,75

### Observações:

- Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
  - + 1.1.0.0.00.00 Disponível
  - + 1.2.3.0.00.00 Investimentos
  - 2.1.3.0.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
  - 2.2.3.0.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
  - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
  - b) O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 do Plano de Benefícios II administrado pela Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/10/2013.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2013.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Banorte, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente da patrocinadora, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A empresa patrocinadora do Plano de Benefícios II é o Banco Itaucard S.A.

Em 22/11/2013 foi aprovada a retirada parcial de patrocínio das empresas Banco Banorte S.A., Banorte Patrimonial S.A. e Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. do Plano de Benefícios II. A patrocinadora Banco Itaucard S.A. passou a ser a sucessora das patrocinadoras em retirada e a única responsável pelo grupo de participantes assistidos remanescentes neste Plano.

O Plano de Benefícios II encontra-se em extinção desde 25/09/2006.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Previc Portaria nº 592, de 17/10/2012, publicada no Diário Oficial da União de 18/10/2012.

### I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/10/2013
Número de participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	5
Idade média (em anos)	49,2
Tempo de serviço médio (em anos)	22,6
Número de participantes em aguardo de benefício proporcional	0

Benefícios Concedidos	31/10/2013
Número de aposentados válidos	300
Idade média (em anos)	73,2
Valor médio do benefício	3.054,56
Número de aposentados inválidos <sup>1</sup>	52
Idade média (em anos)	58,7
Valor médio do benefício	1.118,00
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	0
Número de pensionistas (grupos familiares)	193
Idade média (em anos)	69,9
Valor médio do benefício	941,36

<sup>1</sup> Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos.

### II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social e contam com o aval da patrocinadora do Plano de Benefícios II, conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2013	2012
Taxa real anual de juros	5,75% a.a.	6,00% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários	100%	100%
– Benefícios do plano	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2013	2012
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 <sup>1</sup>	AT – 1983 <sup>2</sup>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT – 2000 <sup>1</sup>	AT – 1983 <sup>2</sup>
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Fraca	TASA 1927
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula

<sup>1</sup> Tábua segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-2000 Basic suavizada em 10%.

<sup>2</sup> Tábua segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-1983 Basic suavizada em 10%.

Outras hipóteses	2013	2012
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade à aposentadoria normal	100% na primeira elegibilidade à aposentadoria normal
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 3 anos mais jovem do que o homem	Mulher 3 anos mais jovem do que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

Em 2013 foi realizado um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: tábuas de mortalidade de válidos e inválidos e entrada em invalidez.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

### Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. A taxa real anual de juros de 5,75% a.a. utilizada na avaliação atuarial de 2013 foi informada à Towers Watson pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e identificada pela Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social com base nos estudos realizados pela própria entidade. Os referidos estudos não foram validados pela Towers Watson.

### Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo da patrocinadora do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que a empresa estima que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Por ser o Plano de Benefício II um plano fechado a novas adesões e com apenas 5 participantes ativos, as patrocinadoras optaram pela manutenção da projeção do crescimento real dos salários de 0% a.a. por considerar que essa taxa reflete a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, o que está em linha com os resultados do estudo de aderência realizado pela Towers Watson para essa hipótese.

### Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

### Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte e invalidez da massa de participantes do Plano de Benefícios II, foram realizados estudos de aderência de hipóteses.

Os resultados desses estudos de aderência de hipóteses realizados indicaram pela alteração das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos para AT-2000, segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-2000 Basic suavizada em 10%, da tábua de entrada em invalidez para Light Fraca e a manutenção das demais hipóteses biométricas adotadas em 2012.

### Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Todos os benefícios e institutos do plano são avaliados pelo Regime de Capitalização e as provisões matemáticas são determinadas com base no valor presente das obrigações.

De acordo com o Termo de Retirada Parcial de Patrocínio, cada participante ativo mantido no Plano de Benefícios II administrado pela Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social tem garantido o Benefício Saldado, calculado conforme o Regulamento, cujo valor será recalculado anualmente até a data da elegibilidade ao benefício, considerando o reajuste do Salário de Participação ocorrido no ano, e, a cada exercício, o valor presente das obrigações é reavaliado.

Desta forma, foi adotado como provisão matemática o valor presente das obrigações, sem definição de método de capitalização.

### III – Patrimônio Social

Com base no Balanço do Plano de Benefícios II administrado pela Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social de 31 de dezembro de 2013, o Patrimônio Social é de R\$ 77.492.999,05.

De acordo com informações prestadas pela Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), a Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social.

### IV – Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	Valores em R\$
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>77.491.028,00</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	77.491.028,00
<i>Benefícios Concedidos</i>	167.477.216,00
Contribuição Definida	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	167.477.216,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	127.459.522,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	40.017.694,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	1.221.477,00
Contribuição Definida	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.176.402,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.176.402,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	45.075,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	45.075,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	(91.207.665,00)
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	(91.207.665,00)
Patrocinador(es)	(91.207.665,00)
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<i>Equilíbrio Técnico</i>	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
<b>Fundos</b>	<b>1.971,05</b>
Fundo Administrativo	1.971,05

De acordo com o previsto na Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09 de 29/11/2012, na ocorrência de insuficiência de cobertura da provisão matemática de benefícios concedidos, as patrocinadoras deverão firmar um contrato de dívida com garantias de valor correspondente à insuficiência.

Em 01/09/2006 foi celebrado o Instrumento Particular de Consolidação e Parcelamento de Dívida e Outras Avenças entre a Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social e as patrocinadoras. Em 26/06/2013 foi celebrado o 7º Aditivo ao respectivo Instrumento no qual foi configurada a patrocinadora Banco Itaucard S.A. como a devedora e fiadora da dívida contratada.

De acordo com o parágrafo sexto da cláusula primeira do Instrumento Particular de Consolidação e Parcelamento de Dívida e Outras Avenças, o resultado da avaliação atuarial do Plano de Benefícios II relativo a cada exercício anual é repactuado considerando os ganhos e perdas observados. Dessa forma, o valor do déficit de 31/12/2013 no valor de R\$ 91.207.665,00 será repactuado.

O prazo de equacionamento do déficit de acordo com a cláusula segunda do Instrumento Particular de Consolidação e Parcelamento de Dívida e Outras Avenças é de 18 parcelas anuais e sucessivas contadas a partir de 01/09/2006, data da sua assinatura. Na avaliação atuarial de 31/12/2013 considerando a alteração da tábua de mortalidade geral, e de acordo com o item 11 do regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006, o prazo de equacionamento deverá ser no máximo de 15 anos a partir de 31/12/2013.

### V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2013.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	168.698.693,00	154.281.321,42	9,3%
Benefícios Concedidos	167.477.216,00	150.307.244,65	11,4%
Benefícios a Conceder	1.221.477,00	3.974.076,77	(69,3%)

A redução do passivo atuarial de benefícios a conceder deve-se principalmente à adoção da tábua de entrada em invalidez Light Fraca e a movimentação de participantes ativos que passaram a receber benefício no período. Em contrapartida, o aumento do passivo atuarial de benefícios concedidos também considera a entrada desses novos participantes recebendo benefício, porém deve-se principalmente à adoção da tábua de mortalidade de válidos e inválidos para AT-2000 e à redução da taxa real anual de juros em 0,25%.

Para fins de análise do passivo atuarial total de 31/12/2013, no caso da manutenção das hipóteses atuariais de 2012, observaríamos uma variação positiva dentro do esperado de apenas 1,7%.

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2013 variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

### VI – Plano de Custeio

As provisões matemáticas de benefícios a conceder foram determinadas com base no valor presente das obrigações, não havendo, portanto, custo normal referente a esse Plano de Benefícios.

#### Patrocinadoras

Adicionalmente, informamos que o Plano de Benefícios II registra, em 31/12/2013, um saldo devedor do contrato de dívida com a patrocinadora no montante de R\$ 91.207.665,00, a qual se origina do déficit apurado em 31/05/2006 quando da implantação do Plano de Benefícios II com a migração de participantes do Plano de Benefícios I, e vem sendo amortizada pela patrocinadora de acordo com os termos contratuais. A contribuição deverá ser ajustada para refletir o novo valor do déficit.

Além das contribuições para amortização do saldo devedor da dívida, a patrocinadora deverá efetuar a contribuição anual de R\$ 1.352.213,03 para cobertura das despesas administrativas.

#### Participantes

De acordo com o Termo de Retirada Parcial de Patrocínio, após a aprovação da retirada pela PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), ocorrida em 22/11/2013, os participantes ativos não efetuarão contribuições após essa data.

### VII – Conclusão

O déficit do exercício de 2013 decorre das alterações nas tábuas biométricas e da redução da taxa real anual de juros.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios II administrado pela Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado, uma vez que foi firmado com a patrocinadora um contrato de amortização do déficit do plano com revisão anual em função de perdas e ganhos observados nas avaliações anuais.

**Towers Watson Consultoria Ltda.**

**Rio de Janeiro, 13 de março de 2014.**

**Felinto Sernache Coelho Filho**

**MIBA nº 570**

**Valéria Amadeu Monteiro**

**MIBA nº 845**

# Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social

CNPJ 11.529.039/0001-17

## **Parecer do Conselho Fiscal**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2013, baseados nos pareceres da Consultoria atuarial Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social em 31.12.2013, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

**São Paulo (SP), 13 de março de 2014.**

**Ottavio Aldo Ronco**  
**Presidente**

**Djalma Desenzi**  
**Conselheiro Efetivo**

**Marco Aurélio De Oliveira**  
**Conselheiro Efetivo**

# Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social

CNPJ 11.529.039/0001-17

## Ata da Reunião do Conselho Deliberativo de 24 de Março de 2014

**Data, Hora e Local:** Em 24.3.14, às 10h40, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 4º andar, em São Paulo (SP).

**Mesa:** Presidente: Osvaldo do Nascimento; Secretário: Arnaldo César Serighelli.

**Quorum:** Em número legal, averbada a presença de Osvaldo do Nascimento – Presidente; Antonio Câmara Ferreira e Isaltino Bezerra e Silva – Conselheiros Efetivos; Cesar Padovan – Conselheiro Suplente, conforme lista de presença arquivada na sede.

**Convocação:** Por meio de correspondência endereçada aos Conselheiros.

**Pauta:** Os assuntos a seguir referidos, apresentados pelos membros da Diretoria Executiva, encontram-se registrados no caderno da “Pauta de Reunião do Conselho Deliberativo – Banorte”, entregue aos presentes juntamente com o Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos – data-base 31.12.2013 e demais documentos mencionados na ata, os quais ficarão arquivados na Entidade como documentos pertinentes à Reunião.

(...)

d) Demonstrações Financeiras, Pareceres da Auditoria Independente e da Consultoria Atuarial.

### DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

(...)

#### **d) Demonstrações Contábeis, Equilíbrio Técnico e Notas Explicativas relativos ao Exercício de 2013, acompanhadas dos pareceres da Consultoria Atuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal**

Após detido exame das demonstrações contábeis de 31.12.2013, acompanhadas dos pareceres da consultoria atuarial Towers Watson Consultoria Ltda., dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, aprovadas as referidas demonstrações contábeis, na forma da seguinte manifestação:

#### “MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

*No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2013, baseados nas normas pertinentes e nos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Towers Watson Consultoria Ltda. e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Deliberativo da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social (“BANORTE”), deliberaram unanimemente aprovar os referidos*



*documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da BANORTE e dos planos de benefícios em 31.12.2013. São Paulo (SP), 24 de março de 2014. (aa) Osvaldo do Nascimento – Presidente; Antonio Câmara Ferreira e Isaltino Bezerra e Silva – Conselheiros Efetivos; Cesar Padovan – Conselheiro Suplente.”*

**Encerramento:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada.

São Paulo (SP), 24 de março de 2014.

**Osvaldo do Nascimento**  
**Presidente da Mesa**

**Arnaldo César Serighelli**  
**Secretário da Mesa**

**Conselheiros**

**Osvaldo do Nascimento**  
**Presidente**

**Antonio Câmara Ferreira**  
**Conselheiro Efetivo**

**Isaltino Bezerra E Silva**  
**Conselheiro Efetivo**

**Cesar Padovan**  
**Conselheira Suplente**



**Banorte**

**[www.fundacaobanorte.com.br](http://www.fundacaobanorte.com.br)**

---

**Contato e Endereço**

**(81) 3413.4869 / 3413.4859**

**FAX: (81) 3413.4868**

Av. Rui Barbosa, nº 251,  
Ed. Parque Amorim, 4º andar  
Bairro Graças  
CEP 52.011-040  
Recife/PE